



Finanças Públicas

Políticas orçamentária, fiscal e tributária

O governo federal divulgou, em 22 de janeiro de 2007, conjunto de medidas institucionais denominado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC constitui um plano estratégico que tem por objetivo, no prazo de quatro anos, recuperar a infra-estrutura e aumentar o ritmo de expansão da economia. Das 27 medidas institucionais que integram o PAC, 18 foram aprovadas pelo Congresso Nacional no exercício de 2007, permanecendo em tramitação nove projetos de lei que dispõem sobre a política de longo prazo para o salário mínimo; a melhoria da gestão previdenciária; os limites de despesa com pessoal e encargos sociais da União; o regime de previdência complementar dos servidores públicos federais; alterações na lei das licitações; a lei do gás; as agências reguladoras; o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; e a divisão de competências em matéria ambiental.

As principais ações do PAC podem ser sintetizadas nas seguintes categorias:

- a) investimentos em infra-estrutura: aumento dos recursos destinados aos investimentos amparados pelo Projeto Piloto de Investimento (PPI), em 2007; previsão de investimentos em infra-estrutura logística, energética e social, no total de R\$504 bilhões no período de 2007-2010;
- b) estímulo ao crédito e ao financiamento: concessão de crédito à Caixa Econômica Federal para aplicação em saneamento e habitação; ampliação do limite de crédito do setor público para investimentos em saneamento ambiental e habitação; criação do Fundo de Investimento em Infra-estrutura com recursos do FGTS; e elevação da liquidez do Fundo de Arrendamento Residencial;
- c) melhora do ambiente de investimento: abertura do mercado de resseguros (Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007); aprovação do marco regulatório para o setor de saneamento (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007); e recriação da Sudene e da Sudam (Leis Complementares nº 124 e nº 125, de 3 de janeiro de 2007);
- d) desoneração e aperfeiçoamento do Sistema Tributário: isenção de tributos para o Programa de Incentivos ao Setor da TV Digital e o Programa de Incentivos ao Setor de Semicondutores; recuperação acelerada dos créditos do Programa de Integração Social (PIS)/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

(Cofins) referentes a investimentos em edificações; suspensão do PIS/Cofins em novos projetos de infra-estrutura; desoneração da compra de perfis de aço; aumento do prazo de recolhimento da contribuição previdenciária; e criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

- e) medidas fiscais de longo prazo: controle das despesas de pessoal; valorização do salário mínimo; aperfeiçoamento na gestão da Previdência Social; extinção de empresas estatais federais em processo de liquidação; e instituição do fundo de previdência complementar do servidor público federal.

O Comitê Gestor do PAC, instituído em 22 de janeiro de 2007 por meio do Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, é incumbido de divulgar, a cada quatro meses, o andamento das ações amparadas pelo programa. Em dezembro de 2007, das 2.126 ações monitoradas pelo Comitê, 62% se referiam a obras em execução e 38% a obras em fase de projeto, licenciamento ou licitação.

O Governo Federal destinou, em 2007, R\$16,5 bilhões do Orçamento Geral da União para investimentos no âmbito do PAC. Deste total, R\$16 bilhões foram empenhados, ou seja, comprometidos com ações até 31 de dezembro. Os pagamentos realizados durante o exercício somaram R\$7,3 bilhões, dos quais R\$4,5 bilhões relativos a gastos do exercício e R\$2,8 bilhões a despesas de anos anteriores, representando 70% da dotação dos restos a pagar.

O Congresso Nacional promulgou, em 20 de setembro de 2007, a Emenda Constitucional nº 55, elevando em 1 p.p., para 23,5%, a parcela de recursos da União destinada ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ressalte-se que os repasses adicionais decorrentes desta medida, estimados em R\$2 bilhões anuais, serão realizados em parcela única, no primeiro decêndio de dezembro de cada ano.

A Emenda Constitucional nº 56, de 20 de dezembro de 2007, prorrogou, de 31 de dezembro de 2007 até 31 de dezembro de 2011, a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU), mecanismo que, ao reduzir a rigidez orçamentária e financeira, possibilita o redirecionamento de parcela das receitas do Orçamento da União. Estima-se que a DRU permitirá, em 2008, que cerca de R\$48 bilhões das receitas vinculadas sejam convertidas em recursos ordinários, isto é, recursos com livre programação.

Outras medidas de política econômica

Mediante a aprovação da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, foi autorizada a unificação da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária, originando a RFB. A estrutura do novo órgão da administração direta, subordinado ao Ministério da Fazenda, deverá favorecer a eficácia da administração tributária

federal, a simplificação dos processos de arrecadação e fiscalização e o combate mais efetivo à sonegação fiscal.

Necessidades de financiamento do setor público

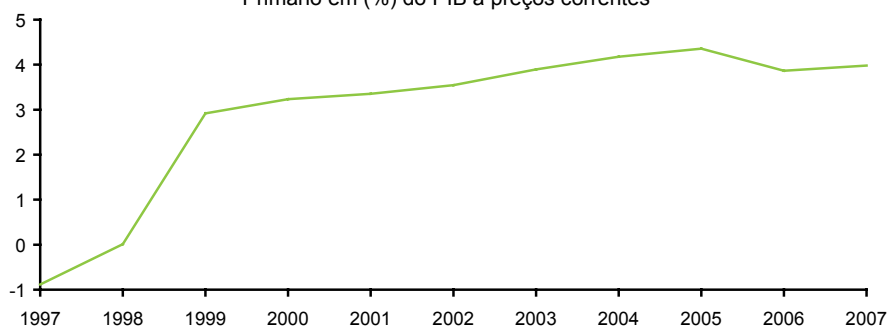
O setor público não financeiro registrou superávit primário de R\$101,6 bilhões em 2007, correspondente a 3,98% do PIB, registrando acréscimo de 0,12 p.p. do PIB em relação ao resultado verificado em 2006. O Governo Central registrou superávit de R\$59,4 bilhões, 2,33% do PIB; seguindo-se os governos regionais, R\$29,9 bilhões, 1,76% do PIB; e as empresas estatais, R\$12,2 bilhões, 0,48% do PIB.

Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público

Discriminação	2004		2005	
	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}
Nominal	47 144	2,4	63 641	3,0
Governo Central ^{2/}	27 033	1,4	73 284	3,4
Governos estaduais	27 497	1,4	4 755	0,2
Governos municipais	6 485	0,3	661	0,0
Empresas estatais	-13 872	-0,7	-15 060	-0,7
Primário	-81 112	-4,2	-93 505	-4,4
Governo Central ^{2/}	-52 385	-2,7	-55 741	-2,6
Governos estaduais	-16 060	-0,8	-17 194	-0,8
Governos municipais	-1 422	-0,1	-4 129	-0,2
Empresas estatais	-11 245	-0,6	-16 440	-0,8
Juros nominais	128 256	6,6	157 146	7,3
Governo Central ^{2/}	79 419	4,1	129 025	6,0
Governos estaduais	43 558	2,2	21 949	1,0
Governos municipais	7 906	0,4	4 790	0,2
Empresas estatais	-2 626	-0,1	1 381	0,1

(continua)

Gráfico 4.1
Necessidades de financiamento do setor público
Primário em (%) do PIB a preços correntes



As receitas do Governo Central, evidenciando o desempenho favorável das receitas do TN, que aumentaram 14% em relação a 2006, elevaram-se 0,95 p.p. do PIB em 2007, totalizando R\$618,9 bilhões. O desempenho favorável observado no período refletiu, em grande parte, o crescimento das arrecadações do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), 25,1%, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), 23%, evolução consistente com o ambiente de elevada lucratividade em diversos setores da atividade econômica e de aumento no número de processos de abertura de capital em bolsa de valores. Constituíram-se, igualmente, em determinantes relevantes para o crescimento dessas receitas, o aumento na arrecadação da Cofins, do PIS/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a elevação de 31,8% no valor em dólar das importações tributadas, e o acréscimo de R\$5,1 bilhões na arrecadação do Imposto sobre a Renda de Pessoas Físicas (IRPF).

Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público (continuação)

Discriminação	2006		2007	
	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}
Nominal	69 883	3,0	57 926	2,3
Governo Central ^{2/}	74 475	3,2	59 607	2,3
Governos estaduais	13 740	0,6	10 335	0,4
Governos municipais	2 867	0,1	2 369	0,1
Empresas estatais	-21 199	-0,9	-14 385	-0,6
Primário	-90 144	-3,9	-101 606	-4,0
Governo Central ^{2/}	-51 352	-2,2	-59 439	-2,3
Governos estaduais	-16 370	-0,7	-25 998	-1,0
Governos municipais	-3 345	-0,1	-3 936	-0,2
Empresas estatais	-19 077	-0,8	-12 234	-0,5
Juros nominais	160 027	6,9	159 532	6,3
Governo Central ^{2/}	125 827	5,4	119 046	4,7
Governos estaduais	30 110	1,3	36 333	1,4
Governos municipais	6 212	0,3	6 305	0,2
Empresas estatais	-2 121	-0,1	-2 152	-0,1

1/ Preços correntes.

2/ Governo federal, Banco Central e INSS.

As despesas do Governo Central totalizaram R\$561 bilhões, com crescimento de 13,4% em 2007, representando 22% do PIB, ante 21,2% no ano anterior. Desse total, R\$373,6 bilhões corresponderam a despesas do TN; R\$185,3 bilhões, aos encargos da Previdência Social; e R\$2 bilhões, às despesas primárias de responsabilidade do Banco Central.

Os dispêndios com pessoal e encargos sociais—funcionários ativos, inativos e pensionistas—atingiram R\$116,4 bilhões em 2007, 4,56% do PIB, ante R\$105,5 bilhões, 4,52% do PIB, em 2006, evolução associada tanto ao crescimento vegetativo da folha salarial

quanto ao aumento de gastos inerente à reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores civis e militares. Ressalte-se, no período, a redução de 14% no total de precatórios judiciais pagos aos servidores.

Quadro 4.2 – Resultado primário do Governo Central

R\$ milhões					
Discriminação	2005	2006	2007	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receita total	488 376	543 505	618 872	11,3	13,9
Tesouro Nacional	378 550	418 412	477 140	10,5	14,0
Previdência Social	108 433	123 522	140 412	13,9	13,7
Banco Central	1 393	1 571	1 320	12,8	-16,0
Despesa total	435 561	494 616	561 046	13,6	13,4
Tesouro Nacional	287 844	327 289	373 791	13,7	14,2
Transferências a estados e municípios	83 938	92 779	105 604	10,5	13,8
Pessoal e encargos sociais	92 231	105 497	116 373	14,4	10,3
Outras despesas correntes e de capital	111 121	128 315	151 293	15,5	17,9
Fundo de Amparo ao Trabalhador	11 900	15 299	18 472	28,6	20,7
Subsídios e subvenções econômicas	10 333	9 581	10 021	-7,3	4,6
Loas/RMV	9 253	11 639	14 192	25,8	21,9
Investimentos	-	17 481	22 109	-	26,5
Outras despesas de custeio	79 635	74 316	86 499	-6,7	16,4
Transferências do Tesouro ao Banco Central	554	697	521	25,8	-25,3
Previdência Social	146 010	165 586	185 291	13,4	11,9
Banco Central	1 707	1 741	1 964	2,0	12,8
Resultado do Governo Central ^{1/}	52 815	48 889	57 826	-7,4	18,3
Tesouro Nacional	90 706	91 123	103 349	0,5	13,4
Previdência Social	-37 577	-42 064	-44 879	11,9	6,7
Banco Central	- 314	- 170	- 644	-45,9	278,8
Resultado primário/PIB – %	2,5	2,1	2,3	-	-

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

1/ (+) = superávit; (-) = déficit.

Os gastos de custeio e capital atingiram R\$151,3 bilhões, em 2007, elevando sua participação no PIB de 5,5%, em 2006, para 5,93%. Esse desempenho refletiu elevações tanto nos gastos com investimentos, R\$4,6 bilhões, quanto naqueles amparados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), R\$3,2 bilhões, e pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas/RMV), R\$2,6 bilhões, ambos evidenciando o crescimento real do salário mínimo.

Os gastos consignados na rubrica outras despesas de custeio e capital passaram de R\$91,8 bilhões, em 2006, para R\$108,6 bilhões, em 2007, evolução consistente com os aumentos nos gastos com o PPI, 86,2%, e com as despesas discricionárias, que

incluem outros gastos com investimentos, 13,9%. Assinale-se que as despesas totais de investimento cresceram 26,5%, em 2007, e que o aumento das despesas discricionárias do Ministério da Saúde atingiu R\$2 bilhões, maior crescimento registrado no período.

Assinale-se que os principais fatores responsáveis pelo crescimento do resultado primário dos governos regionais, em 2007, constituíram-se nas elevações da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), 9,1%, e do volume das transferências constitucionais, 13,8%, principais fontes de receitas desse segmento. Ressalte-se que as transferências constitucionais passaram de R\$92,8 bilhões, em 2006, para R\$105,6 bilhões, em 2007, refletindo a elevação nos tributos partilhados com os entes da federação (Imposto de Renda e IPI).

Os juros nominais, apropriados pelo critério de competência, totalizaram R\$159,5 bilhões em 2007, correspondendo a 6,25% do PIB, ante 6,86% do PIB em 2006, redução associada à trajetória declinante da taxa Selic durante o ano. Ressalte-se que o efeito da redução de 3,2 p.p. na taxa Selic acumulada no ano, em relação a 2006, foi contrabalançado, em parte, pelo crescimento da participação dos títulos pré-fixados na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), movimento que, se por um lado reduz a volatilidade e o custo de longo prazo da DLSP, proporciona redução menos intensa da incorporação dos juros em períodos de redução da taxa básica, tendo em vista que carregam, até o vencimento, as taxas praticadas no momento de sua emissão.

Quadro 4.3 – Usos e fontes – Setor público consolidado

Discriminação	2006		2007	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Usos	69 883	3,0	57 926	2,3
Primário	- 90 144	- 3,9	- 101 606	- 4,0
Juros internos	152 116	6,5	160 516	6,3
Juros reais	117 290	5,0	71 381	2,8
Atualização monetária	34 825	1,5	89 135	3,5
Juros externos	7 911	0,3	- 984	0,0
Fontes	69 883	3,0	57 926	2,3
Financiamento interno	183 364	7,9	266 564	10,4
Dívida mobiliária	155 060	6,6	239 424	9,4
Dívida bancária	7 365	0,3	- 2 169	- 0,1
Renegociações	-	-	-	-
Estados	-	-	-	-
Municípios	-	-	-	-
Estatais	-	-	-	-
Demais	20 940	0,9	29 309	1,1
Relacionamento TN/Bacen	-	-	-	-
Financiamento externo	- 113 482	- 4,9	- 208 638	- 8,2
PIB em 12 meses ^{1/}	2 332 936		2 552 510	

1/ PIB a preços correntes.

As necessidades de financiamento do setor público no conceito nominal, que compreendem o superávit primário e os juros nominais apropriados, registraram déficit de R\$57,9 bilhões no ano, equivalente a 2,27% do PIB, a menor relação desde o início da série, em 1991. O Governo Central e os governos regionais apresentaram redução em suas necessidades de financiamento, relativamente ao ano anterior, de 0,85 p.p. e 0,21 p.p. do PIB, respectivamente, enquanto as empresas estatais, tradicionalmente superavitárias, registraram redução de 0,35 p.p. no superávit. O resultado total foi financiado, em especial, pela expansão da dívida mobiliária, enquanto o financiamento externo manteve-se na trajetória decrescente iniciada em 2003.

Dívida mobiliária federal

A dívida mobiliária federal fora do Banco Central, avaliada pela posição de carteira, atingiu R\$1.224,9 bilhões, 45,5% do PIB, ao final de 2007, ante R\$1.093,5 bilhões, 45,8% do PIB, ao final do ano anterior. A redução de 0,3 p.p. do PIB refletiu resgates líquidos de R\$11,4 bilhões, incorporação de juros de R\$145,2 bilhões e redução de R\$2,4 bilhões decorrente da apreciação cambial de 17,2% incidente sobre os papéis vinculados ao dólar.

Quadro 4.4 – Títulos públicos federais – Posição de carteira

Saldos em R\$ milhões

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
Responsabilidade do TN	978 104	1 099 535	1 252 510	1 390 694	1 583 871
Carteira do Banco Central	276 905	302 855	279 663	297 198	359 001
LTN	101 376	126 184	119 323	164 989	158 748
LFT	99 646	117 405	120 270	72 737	78 955
NTN	74 026	57 275	36 823	59 472	121 298
Créditos securitizados	1 857	1 990	3 247	0	0
Fora do Banco Central	701 199	796 680	972 847	1 093 495	1 224 871
LTN	91 055	159 960	263 436	346 984	325 149
LFT	443 180	457 757	504 653	412 034	409 024
BTN	74	62	48	39	27
NTN	126 721	133 700	167 379	296 598	451 132
CTN/CFT-A/CFT-B/CFT-C/CFT-D/CFT-E	18 236	17 343	15 799	14 532	13 903
Créditos securitizados	15 001	21 103	16 555	17 793	20 777
Dívida agrícola	4 879	4 345	1 529	1 302	0
TDA	2 052	2 411	3 448	4 213	4 859
CDP	1	0	0	0	0
Responsabilidade do Banco Central	30 659	13 584	6 815	0	0
LBC	-	-	-	-	-
BBC/BBCA	-	-	-	-	-
NBCE	30 659	13 584	6 815	0	0
NBCF	-	-	-	-	-
NBCA	-	-	-	-	-
Total fora do Banco Central	731 858	810 264	979 662	1 093 495	1 224 871
Em % do PIB	42,0	39,8	45,4	45,8	45,5

Os títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional totalizaram R\$1.583,9 bilhões em dezembro de 2007, dos quais R\$359 bilhões encontravam-se em poder do Banco Central e R\$1.224,9 bilhões em poder do mercado.

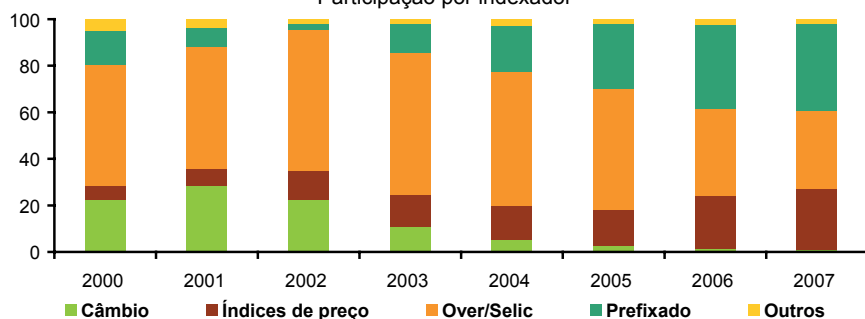
Relativamente à distribuição dos títulos por indexador, a participação dos títulos prefixados, evidenciando as emissões líquidas de NTN-F, elevou-se de 36,1% do total, em dezembro de 2006, para 37,3%, em dezembro de 2007. A participação dos títulos indexados à taxa Selic passou de 37,8% para 33,4%, em linha com os resgates líquidos de LFT. A parcela dos títulos vinculados à taxa de câmbio recuou de 1,3% para 0,9%, em razão da continuidade dos resgates de Notas do Tesouro Nacional – Série D (NTN-D) e da apreciação do real em relação ao dólar, enquanto a relativa aos títulos indexados à TR passou de 2,2% para 2,1%. A participação dos títulos atrelados a índices de preços, refletindo emissões líquidas de NTN-B, cresceu 3,7 p.p. no ano, situando-se em 26,3%.

Quadro 4.5 – Títulos públicos federais

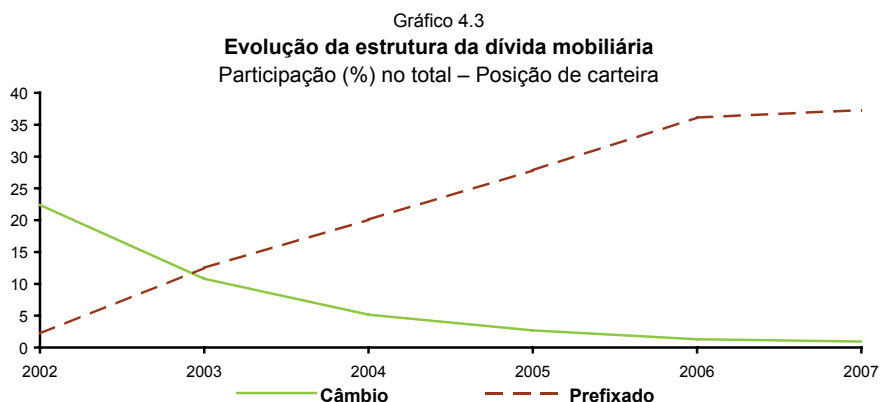
Participação percentual por indexador – Posição de carteira

Índice de correção	2003	2004	2005	2006	2007
Total – R\$ milhões	731 858	810 264	979 662	1 093 495	1 224 871
Câmbio	10,8	5,2	2,7	1,3	0,9
TR	1,8	2,7	2,1	2,2	2,1
IGP-M	8,7	9,9	7,5	6,0	4,6
Over/Selic	61,4	57,1	51,8	37,8	33,4
Prefixado	12,5	20,1	27,9	36,1	37,3
TJLP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IGP-DI	2,4	1,8	1,1	0,9	0,7
INPC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IPCA	2,4	3,1	6,9	15,6	21,0
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Gráfico 4.2
Títulos públicos federais
Participação por indexador



Ao final de dezembro, o cronograma de amortização da dívida mobiliária em mercado, exceto operações de financiamento, registrava a seguinte distribuição: R\$333,8 bilhões, 27,2% do total, com vencimento em 2008; R\$247,5 bilhões, 20,2% do total, com vencimento em 2009; e R\$643,7 bilhões, 52,6% do total, vencendo a partir de janeiro de 2010.



Em 2007, as operações de *swap* do Banco Central continuaram expandindo a exposição no sentido reverso, ao atingir, em dezembro, -R\$39,6 bilhões, ante -R\$26,2 bilhões ao final de 2006. Considerado o critério de caixa, o resultado acumulado dessas operações, em 2007, equivalente à diferença entre a rentabilidade do Depósito Interfinanceiro (DI) e a variação cambial mais cupom, foi desfavorável ao Banco Central em R\$8,8 bilhões.

Dívida Líquida do Setor Público

A condução da política fiscal segue objetivando a redução consistente da razão entre o endividamento público e o PIB. Nesse ambiente, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) expressa como proporção do PIB recuou 1.94 p.p. em 2007, em relação ao ano anterior, mantendo-se na trajetória declinante observada nos últimos anos, ao atingir o menor percentual, 42,7%, desde 1998.

A composição da DLSP apresentou alteração significativa em 2007, expressa na ampliação da parcela credora vinculada ao câmbio. Nesse sentido, o saldo credor na participação cambial da DLSP, registrado desde meados de 2006, foi ampliado, em 2007, como desdobramento do aumento das reservas internacionais observado ao longo do ano. Adicionalmente, tem-se expandido a participação de títulos pré-fixados e vinculados a índices de preços no total da DLSP, configurando um cenário que assegura maior liberdade em sua administração, em caso de turbulências nos ambientes interno e externo. Ressalte-se, ainda, em relação à dívida mobiliária federal, principal componente da DLSP, o aumento do prazo médio dos títulos emitidos, em linha com as diretrizes de gerenciamento fixadas pelo Governo Federal em seus planos de financiamento da dívida.

Quadro 4.6 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público

Discriminação	2004		2005	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – Saldo	956 996	47,0	1 002 485	46,5
Dívida líquida – Var. ac. ano	43 851	-5,5	45 488	-0,5
Fatores condicionantes (fluxos ac. ano): ^{1/}	43 851	2,0	45 488	2,1
Necessidade de financiamento do setor público	47 144	2,2	63 641	2,9
Primário	- 81 112	-3,8	- 93 505	-4,3
Juros nominais	128 256	5,9	157 146	7,3
Ajuste cambial ^{2/}	- 16 193	-0,8	- 18 202	-0,8
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	- 3 335	-0,2	- 4 554	-0,2
Dívida externa	- 12 858	-0,6	- 13 648	-0,6
Dívida externa – Outros ajustes ^{3/}	7 137	0,3	- 2 258	-0,1
Reconhecimento de dívidas	6 516	0,3	3 262	0,2
Privatizações	- 753	0,0	- 954	0,0
Efeito crescimento PIB – Dívida ^{4/}		-7,5		-2,6
PIB em R\$ milhões ^{5/}	2 036 727		2 157 439	

(continua)

Quadro 4.6 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público (continuação)

Discriminação	2006		2007	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – Saldo	1 067 363	44,7	1 150 357	42,8
Dívida líquida – Var. ac. ano	64 879	-1,8	82 994	-1,9
Fatores condicionantes (fluxos ac. ano) ^{1/}	64 879	2,7	82 994	3,1
Necessidade de financiamento do setor público	69 883	2,9	57 926	2,2
Primário	- 90 144	-3,8	- 101 606	-3,8
Juros nominais	160 027	6,7	159 532	5,9
Ajuste cambial ^{2/}	- 4 881	-0,2	29 268	1,1
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	- 2 222	-0,1	- 2 432	-0,1
Dívida externa	- 2 659	-0,1	31 701	1,2
Dívida externa – Outros ajustes ^{3/}	2 302	0,1	- 2 305	-0,1
Reconhecimento de dívidas	- 375	0,0	- 630	0,0
Privatizações	- 2 049	-0,1	- 1 265	0,0
Efeito crescimento PIB – Dívida ^{4/}		-4,5		-5,0
PIB em R\$ milhões ^{5/}	2 386 999		2 689 259	

1/ Os fatores condicionantes da dívida líquida como percentual do PIB consideram o total dos fatores dividido pelo PIB acumulado nos últimos doze meses valorizado, segundo a fórmula:

$\text{Fatores Condicionantes} / (\text{PIB} \times 12 \text{ Meses Valorizado}) \times 100$. Não reflete a variação da dívida em percentagem do PIB.

2/ Considera a soma dos efeitos mensais até o mês de referência.

3/ Inclui ajuste de paridade da cesta de moedas que integram as reservas internacionais e a dívida externa e demais ajustes da área externa.

4/ Considera a variação da relação dívida/PIB devida ao crescimento verificado no PIB, calculada pela fórmula: $\text{Dt-1} / (\text{PIBMesAtual} / \text{PIBMesBase}) - \text{Dt-1}$.

5/ PIB anual a preços de dezembro ajustado pelo deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

A dívida bruta do Governo Geral (governo federal, Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS e governos regionais) alcançou R\$1.542,9 bilhões, 57,4% do PIB, em dezembro de 2007, ante R\$1.336,6 bilhões, 56% do PIB, em 2006.

Quadro 4.7 – Dívida Líquida do Setor Público

Discriminação	2006		2007	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida fiscal líquida (G=E-F)	833 230	34,9	891 155	33,1
Ajuste metodológico s/dívida interna (F)	119 249	5,0	116 817	4,3
Dívida fiscal líquida com câmbio (E=A-B-C-D)	952 479	39,9	1 007 972	37,5
Ajuste metodológico s/dívida externa (D)	79 723	3,3	109 119	4,1
Ajuste patrimonial (C)	102 646	4,3	102 016	3,8
Ajuste de privatização (B)	- 67 485	-2,8	- 68 750	-2,6
Dívida líquida total (A)	1 067 363	44,7	1 150 357	42,8
Governo federal	727 319	30,5	808 095	30,0
Banco Central do Brasil	8 481	0,4	8 585	0,3
Governos estaduais	316 864	13,3	324 107	12,1
Governos municipais	47 073	2,0	49 216	1,8
Empresas estatais	- 32 373	-1,4	- 39 647	-1,5
Dívida interna líquida	1 130 902	47,4	1 393 139	51,8
Governo federal	591 211	24,8	703 662	26,2
Banco Central do Brasil	191 592	8,0	327 801	12,2
Governos estaduais	304 318	12,7	313 467	11,7
Governos municipais	45 139	1,9	47 525	1,8
Empresas estatais	- 1 359	-0,1	684	0,0
Dívida externa líquida	- 63 538	-2,7	- 242 782	-9,0
Governo federal	136 108	5,7	104 433	3,9
Banco Central do Brasil	- 183 111	-7,7	- 319 216	-11,9
Governos estaduais	12 545	0,5	10 641	0,4
Governos municipais	1 934	0,1	1 691	0,1
Empresas estatais	- 31 015	-1,3	- 40 330	-1,5
PIB em R\$ milhões ^{1/}	2 386 999		2 689 259	

1/ PIB anual a preços de dezembro ajustado pelo deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

Quadro 4.8 – Dívida líquida e bruta do Governo Geral^{1/}

Discriminação	2006		2007	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida do setor público consolidado	1 067 363	44,7	1 150 357	42,8
Dívida líquida do Governo Geral	1 091 255	45,7	1 181 418	43,9
Dívida bruta do Governo Geral	1 336 645	56,0	1 542 852	57,4
Dívida interna	1 186 058	49,7	1 426 087	53,0
Dívida externa	150 587	6,3	116 764	4,3
Governo federal	136 108	5,7	104 433	3,9
Governos estaduais	12 545	0,5	10 641	0,4
Governos municipais	1 934	0,1	1 691	0,1
Créditos do Governo Geral	- 465 221	- 19,5	- 533 018	- 19,8
Créditos internos	- 465 221	- 19,5	- 533 018	- 19,8
Disponibilidades do Governo Geral	- 247 406	- 10,4	- 305 568	- 11,4
Aplic. da Previdência Social	- 231	0,0	- 284	0,0
Arrecadação a recolher	- 1 204	- 0,1	- 1 011	0,0
Depósitos a vista (inclui ag. descentral.)	- 5 528	- 0,2	- 7 072	- 0,3
Disponibilidades do governo federal no Bacen	- 226 047	- 9,5	- 275 843	- 10,3
Aplicações na rede bancária (estadual)	- 14 396	- 0,6	- 21 358	- 0,8
Aplicações de fundos e programas financeiros	- 60 247	- 2,5	- 61 436	- 2,3
Créditos junto às estatais	- 20 041	- 0,8	- 18 805	- 0,7
Demais créditos do governo federal	- 14 877	- 0,6	- 18 793	- 0,7
Recursos do FAT na rede bancária	- 122 650	- 5,1	- 128 417	- 4,8
Créditos externos	0	0,0	0	0,0
Governo federal	0	0,0	0	0,0
Governos estaduais	-	-	-	-
Governos municipais	-	-	-	-
Dívida líquida do Banco Central	8 481	0,4	8 585	0,3
Dívida líquida das empresas estatais	- 32 373	- 1,4	- 39 647	- 1,5
PIB em R\$ milhões ^{2/}	2 386 999		2 689 259	

1/ Inclui as dívidas do governo federal e dos governos estaduais e municipais com os demais agentes econômicos, inclusive as dívidas com o Bacen.

2/ PIB anual a preços de dezembro ajustado pelo deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

Arrecadação de impostos e contribuições federais

A arrecadação relativa a impostos e contribuições federais, excluídas as contribuições previdenciárias a cargo do INSS, totalizou R\$448,9 bilhões em 2007, ante R\$390,3 bilhões no ano anterior. O aumento real de 11% registrado no ano, considerado o IPCA como deflator, traduziu tanto o maior dinamismo apresentado pela economia no período quanto o aumento da eficiência na recuperação de débitos em atraso, em ambiente de preservação de alíquotas e de base de incidência dos tributos.

Quadro 4.9 – Arrecadação bruta de receitas federais

R\$ milhões

Discriminação	2005 (a)	2006 (b)	2007 (c)	Variação %	
				(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	124 520	136 503	160 139	9,6	17,3
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	26 428	28 159	33 793	6,5	20,0
Imposto de Importação (II)	9 080	10 035	12 254	10,5	22,1
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	6 103	6 772	7 834	11,0	15,7
Contribuição para o Financiamento da					
Seguridade Social (Cofins)	87 615	91 156	102 463	4,0	12,4
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	26 199	27 968	34 411	6,8	23,0
Contribuição para o PIS/Pasep	22 014	24 045	26 710	9,2	11,1
Contribuição Provisória sobre					
Movimentação Financeira (CPMF)	29 273	32 033	36 483	9,4	13,9
Contribuição de Intervenção no Domínio					
Econômico (Cide)	7 681	7 812	7 937	1,7	1,6
Outros tributos	21 769	25 804	26 917	18,5	4,3
Total	360 682	390 287	448 941	8,2	15,0

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

A arrecadação do Imposto de Renda alcançou R\$160,1 bilhões, ante R\$136,5 bilhões em 2006. O aumento real de 13,2% refletiu, excetuando-se os recolhimentos relativos a rendimentos de capital, ganhos reais de receita generalizados nos segmentos do tributo.

Quadro 4.10 – Arrecadação do Imposto de Renda e do IPI por setores

R\$ milhões

Discriminação	2005 (a)	2006 (b)	2007 (c)	Variação %	
				(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	124 520	136 491	160 137	9,6	17,3
Pessoas físicas	7 369	8 533	13 654	15,8	60,0
Pessoas jurídicas	51 225	55 849	69 856	9,0	25,1
Entidades financeiras	7 299	9 066	13 574	24,2	49,7
Demais empresas	43 926	46 782	56 316	6,5	20,4
Retido na fonte	65 926	72 109	76 627	9,4	6,3
Rendimentos do trabalho	35 642	39 082	42 349	9,7	8,4
Rendimentos do capital	19 853	20 890	21 421	5,2	2,5
Remessas para o exterior	6 160	7 393	7 800	20,0	5,5
Outros rendimentos	4 271	4 744	5 057	11,1	6,6
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	26 428	28 159	33 806	6,5	20,1
Fumo	2 304	2 397	2 803	4,0	16,9
Bebidas	2 336	2 610	2 583	11,7	-1,0
Automóveis	3 727	4 288	5 208	15,1	21,5
Outros	12 773	12 701	15 510	-0,6	22,1
Vinculado à importação	5 288	6 163	7 702	16,5	25,0

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

Ressalte-se o aumento real de 54,2% no IRPF, resultado associado, principalmente, à elevação dos recolhimentos relativos a ganhos de capital decorrentes da alienação de bens duráveis, ganhos líquidos em operações em bolsa e pagamentos decorrentes da declaração de ajuste do ano-base 2006.

O IRPJ e a CSLL registraram aumentos reais de 20,6% e 18,6%, respectivamente, reflexo do número expressivo de processos de abertura de capital e do aumento da lucratividade em vários setores empresariais.

O IPI proporcionou arrecadação de R\$33,8 bilhões, representando crescimento real de 15,7% em relação a 2006. Esse resultado refletiu o desempenho favorável registrado na maior parte dos segmentos do imposto, com ênfase em IPI-automóveis, 17%, em linha com o aumento de vendas no mercado interno; IPI-outros, 17,6%, em virtude da expansão da produção industrial ao longo de 2007; e IPI-vinculado à importação, 20,6%, evidenciando a elevação de 31,8% no valor em dólar das importações tributadas.

Os recolhimentos referentes à Cofins, segundo mais importante tributo da União, atingiram R\$102,5 bilhões, com acréscimo real de 8,4% em relação ao exercício anterior. Os pagamentos efetuados pelas entidades financeiras elevaram-se 11,4%, no período.

Adicionalmente, o total arrecadado na rubrica outros tributos, que inclui parcela residual da arrecadação administrada pela Receita Federal e recolhimentos a cargo dos outros órgãos públicos que não integram o “Sistema Receita Federal”, alcançou R\$27,5 bilhões, valor semelhante, em termos reais, ao recolhido em 2006, não obstante os acréscimos nos itens depósitos judiciais/administrativos, receitas de loterias e recuperação de débitos de exercícios anteriores, em conformidade com a Medida Provisória nº 303/2006.

Previdência Social

O déficit do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) recuou de 1,8% do PIB, em 2006, para 1,76% do PIB, em 2007, evolução inédita no passado recente da Previdência. Em valores nominais, o déficit atingiu R\$44,9 bilhões, ante R\$42,1 bilhões no ano anterior.

As receitas da Previdência Social aumentaram 13,7% em 2007, para R\$140,4 bilhões, passando a representar 5,5% do PIB, ante 5,29% do PIB no ano anterior. O aumento anual dessa arrecadação evidenciou a expansão da formalização do mercado de trabalho e a elevação da massa salarial.

O pagamento de benefícios previdenciários elevou-se 11,9%, no período, totalizando R\$185,3 bilhões e passando a representar 7,26% do PIB, ante 7,1% do PIB, em 2006. Este crescimento refletiu tanto o aumento de 5,8% registrado no valor médio dos benefícios pagos, em função do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios

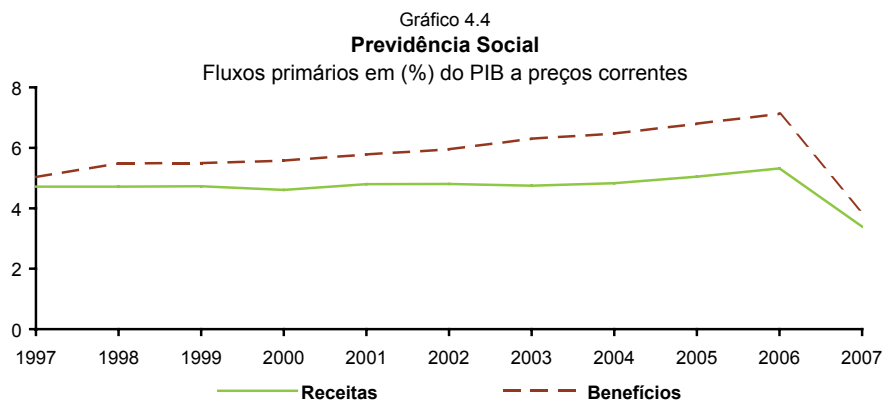
com valores acima do piso, quanto a elevação de 2,7%, para 576,8 mil, na quantidade média mensal de benefícios pagos.

Quadro 4.11 – Previdência Social – Fluxo de caixa

R\$ milhões

Discriminação	2005	2006	2007	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receitas	172 713	201 757	216 486	16,8	7,3
Arrecadação	115 954	133 016	153 790	14,7	15,6
Outras receitas	882	1 368	-377	55,1	-127,6
Antecipação de receitas – TN	10 324	-359	1 316	-	-
Transferências da União	45 553	67 732	61 757	48,7	-8,8
Despesas	171 796	200 507	221 941	16,7	10,7
Benefícios previdenciários	146 009	165 585	185 291	13,4	11,9
Benefícios não-previdenciários	10 001	12 332	15 014	23,3	21,7
Outras despesas	8 267	13 097	8 259	58,4	-36,9
Transferências a terceiros	7 519	9 493	13 377	26,3	40,9
Saldo operacional	917	1 250	-5 455	...	...
Saldo previdenciário	-37 574	-42 062	-44 878	...	...

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social



Ressalte-se que, nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios atingiu 0,24 p.p. do PIB, passando de 6,3% do PIB, em 2003, para 7,26% do PIB, em 2007.

Em relação à segmentação dos benefícios pagos em 2007, assinalem-se os acréscimos de 373,3 mil aposentadorias, 146,8 mil pensões por morte e 54,1 mil benefícios de auxílio-doença, representando aumentos respectivos de 2,8%, 2,5% e 3,7%, comparativamente a 2006.

Finanças estaduais e municipais

O superávit primário dos estados e municípios totalizou R\$29,9 bilhões em 2007, ante R\$19,7 bilhões no ano anterior, representando 1,17% do PIB.

A arrecadação do ICMS, principal fonte de receitas próprias dos estados, alcançou R\$187,5 bilhões, registrando elevação real de 3,8% no ano, considerado o IGP-DI como deflator, ressaltando-se que a arrecadação, em conjunto, relativa aos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná representou 64,3% desse total.

Quadro 4.12 – Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

R\$ milhões					
Discriminação	2005	2006	2007	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
São Paulo	51 001	57 788	63 192	13,3	9,4
Rio de Janeiro	13 396	14 805	15 671	10,5	5,9
Minas Gerais	15 638	17 018	19 318	8,8	13,5
Rio Grande do Sul	11 383	11 813	12 258	3,8	3,8
Paraná	8 760	9 264	10 086	5,8	8,9
Bahia	7 831	8 604	8 941	9,9	3,9
Santa Catarina	5 829	6 169	6 831	5,8	10,7
Goiás	4 224	4 699	5 244	11,2	11,6
Pernambuco	4 314	4 864	5 413	12,8	11,3
Espírito Santo	4 636	5 092	5 878	9,8	15,5
Demais estados	27 807	31 600	34 518	13,6	9,2
Total	154 818	171 715	187 349	10,9	9,1

Fonte: Ministério da Fazenda/Confaz

A arrecadação do tributo atingiu R\$63,2 bilhões – 33,7% do total – no estado de São Paulo. O aumento real de 4,1% observado em relação ao ano anterior traduziu tanto o aumento da arrecadação vinculada à importação como o vigor da expansão da atividade econômica no estado.

O estado de Minas Gerais se constituiu no segundo maior arrecadador do tributo, R\$19,3 bilhões. O acréscimo anual real de 8% esteve vinculado ao desempenho dos segmentos comércio, energia elétrica, combustíveis e produtos importados. Segmentados por principais itens, ressaltam-se as expansões relacionadas a açúcar, 73%; veículos, 58%; e minérios, 38,7%.

As transferências para estados e municípios totalizaram R\$105,6 bilhões em 2007, representando 4,14% do PIB, ante R\$92,8 bilhões, 3,98% do PIB, no ano anterior, com ênfase para a elevação de R\$11,6 bilhões proporcionada pelo desempenho

Quadro 4.13 – Transferências da União para os estados e municípios

R\$ milhões

Discriminação	2005	2006	2007	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Transferências constitucionais (IPI, IR e outras)	63 756	70 628	82 239	10,8	16,4
Fundo de Comp. das Exportações (LC 87/1996)	4 757	4 343	3 888	-8,7	-10,5
Transferências da Cide (E.C. 42/2003)	1 776	1 781	1 850	0,3	3,9
Demais ^{1/}	13 648	16 028	17 628	17,4	10,0
Total	83 937	92 780	105 605	10,5	13,8

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

^{1/} Contribuição do Salário-Educação, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), *royalties* petróleo e outras transferências.

do IR e do IPI, tributos que compõem a base para estas transferências. Em sentido inverso, as transferências relativas ao Fundo de Compensação das Exportações (Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996) – destinadas ao ressarcimento da perda de arrecadação com o ICMS, originada da desoneração das exportações de semi-elaborados e produtos primários – recuaram R\$400 milhões no período. As demais transferências aumentaram R\$1,6 bilhão, reflexo de elevações de R\$1,7 bilhão na complementação da União ao Fundeb e de R\$500 milhões nas transferências com Salário-Educação, compensadas, parcialmente, pela redução de R\$600 milhões na cota parte de compensações financeiras.